



FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI

Proc. 200/	4445	12020
Fls.	113	
Visto		sm

Suelen Trindade Medeiros
Matrícula: 437.078-9
OAB/RJ 144.855
2019/05/23

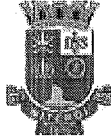
Contrato Emergencial n.º 28/2020
Processo Administrativo n.º 200/4445/2020

CONTRATO EMERGENCIAL DE COMPRA DE CAMAS E MONITORES MULTIPARÂMETROS PARA A FORMAÇÃO DE NOVOS LEITOS, COMO UMA DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO AO NOVO CORONAVÍRUS, QUE CELEBRAM ENTRE SI A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE NITERÓI E A PROTEC SAÚDE E SERVIÇOS EIRELI ME.

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI/FMS, inscrita no CNPJ sob o n.º 32.556.060/0001-81, com sede na Rua Visconde de Sepetiba, n.º 987, 8º andar, Centro, Niterói/RJ, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. **RODRIGO ALVES TORRES OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade de n.º 12175756-1 IFP-RJ e inscrito no CPF sob o n.º 026.087.017-01, e a empresa **PROTEC SAÚDE E SERVIÇOS EIRELI ME**, situada na Rua Dr. Porciúncula, n.º 255, Venda da Cruz, São Gonçalo/RJ, inscrita no CNPJ sob o n.º 22.860.173/0001-12, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por **JULIANA CONCEIÇÃO LUCENA COUTINHO**, portadora da carteira de identidade n.º 20204431-9, expedida pelo DETRAN/RJ e inscrita no CPF sob o n.º 096.672.667-70, resolvem celebrar o presente **CONTRATO EMERGENCIAL DE AQUISIÇÃO DE CAMAS FAWLER E MONITORES MULTIPARÂMETROS, COMO UMA DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO AO NOVO CORONAVÍRUS**, com fundamento no processo administrativo n.º 200/4445/2020, que se regerá pelas normas contidas na Portaria GM/MS n.º 188/2020, na Lei n.º 13.979/2020, na Medida Provisória n.º 926/2020, no Decreto Municipal n.º 13.506/2020 e, no que couber, na Lei n.º 8.666/93, aplicando-se a este Contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DA FORMA DE FORNECIMENTO

O presente Contrato Emergencial tem por objeto a aquisição de camas fawler e monitores multiparâmetros, como uma das medidas de enfrentamento ao novo coronavírus:



FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI

Proc. 200/ 4445 / 2020
Fls. 114
Visto _____
5mm

Sociedade Amada Medeiros
Matrícula: 437.078-8
OAB/RJ 144.855

	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	UND	QTD
01	Cama Motorizada – 2 movimentos Estrutura em aço carbono ou similar; Estrado de chapa de aço ou similar; Pintura eletrostática em epóxi-pó; Rodízios de no mínimo 3” com freios de ação dupla na diagonal; Capacidade máxima de 135 kg; Movimento de cabeceira e das pernas com acionamento automático por controle remoto; Dimensões aproximadas do leito: 880x1950 x 550 mm; Cabeceira em plástico injetado com suporte metálico de encaixe fácil; Grade em plástico injetado com suporte metálico de encaixe com pino-mola; Colchão confeccionado em espuma, com capa em corvin ou outro material que permita fácil higienização. Dimensões mínimas do colchão: 1,88 x 0,88 x 0,10 cm de altura; Densidade mínima do colchão: 28.	UND	110
02	Monitor de Multiparâmetros com Pressão Invasiva (PI), Monitorização de pacientes adulto, infantil e neonatal, Mostra até 10 curvas simultaneamente (não repetidas), ECG, BPM, ST, PNI, SpO2, 2 TEMP (com 1 Sensor de oxímetro adulto , cabo paciente de 5 vias (Padrão); Visualização 7 derivações (Padrão); Pressão invasiva com 02 (dois) canais, com faixas de medida: 50 a 30mmHg e unidade de medida: mmHg, kPa; Monitor Cristal líquido colorido tamanho de tela mínimo 12”. Teclas de acesso rápido (disparo de medição de pressão não invasiva, zeramento de pressão invasiva, congelamento de traçados , e outros). Alarmes áudio visuais. Alimentação: Rede Elétrica - 100 a 240 VCA - 50/60Hz, Bateria recarregável, 12 Vdc, duração mínima de 2 horas.	UND	110

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O fornecimento do objeto será de acordo com a forma indicada no Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os equipamentos importados deverão ter o Certificado de Conformidade com as Normas Brasileiras de Segurança Elétrica – NBR IEC 60601.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os equipamentos objeto do presente Contrato deverão ser novos e vir acompanhados de seus respectivos manuais de instrução em português e exibir em suas carenagens externas a marca do fabricante.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do Contrato será de 6 (seis) meses, contados a partir da data da sua assinatura.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O Contrato poderá ser prorrogado por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da



FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI

Proc. 2001	4445	12020
Fls.	115	
Visto		sm

situação de emergência de saúde pública decorrente da pandemia do novo coronavírus, nos termos do art. 4º-H da Lei n.º 13.979/2020.

Sistema Estadual de Medicamentos
Matrícula: 497.078-8
QAB/RJ 144.855

PARÁGRAFO SEGUNDO - O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, antes do término do prazo de vigência, sem qualquer direito à indenização, no caso de cessação da necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

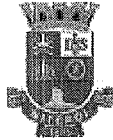
Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste Contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do presente Contrato;
- c) exercer a fiscalização do Contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do Contrato, nas formas definidas no Termo de Referência e no Contrato.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar os bens, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no Termo de Referência e no Contrato;
- b) entregar o objeto do Contrato sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;
- c) manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do objeto do Contrato;
- d) comunicar ao Fiscal do Contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- f) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE** ou terceiros;
- g) fornecer treinamento aos servidores e técnicos que irão operar os equipamentos e mobiliários, sem ônus para a **CONTRATANTE**, devendo agendar com o Administrador da Unidade Hospitalar o início do treinamento, simultaneamente com a instalação dos equipamentos e mobiliário;



Proc. 200/	4445	2020
Fls.	116	
Visto		hmm

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI

h) entregar os equipamentos novos, que deverão vir acompanhados de seus respectivos manuais de instrução em língua portuguesa e exibir em sua carenagem externa a marca do fabricante.

Unidade Medeiros
CNPJ nº 437.073-9
CAB/ RJ 144.855

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício, assim classificadas:

PROGRAMA DE TRABALHO: 2543.10.302.0148.7777
NATUREZA DAS DESPESAS: 44.90.52.00
FONTE DE RECURSO: 138
NOTA DE EMPENHO: 000590/2020

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subsequentes deverão ser empenhadas integralmente no exercício em curso nos termos do *caput* do art. 57, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO:

Dá-se a este Contrato valor total de R\$ 3.524.620,00 (três milhões, quinhentos e vinte e quatro mil e seiscentos e vinte reais).

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O Contrato deverá ser executado, fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do Termo de Referência, do Contrato, e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas conseqüências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros designados pelo Presidente da Fundação Municipal de Saúde, conforme ato de nomeação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O objeto do Contrato será entregue nas seguintes Unidades e na quantidade prevista no Termo de Referência:

Hospital Orêncio de Freitas (HOF): Avenida Machado, s/nº, Barreto, Niterói/RJ. Telefones: 2620-3434/2620-5157. Endereço eletrônico: hofadmfms@gmail.com



Proc. 2020/	4445	2020
Fls.	117	
Visto		50m

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI

Hospital Oceânico - Hospital de Campanha COVID-19: Av. Raul de Oliveira Rodrigues, n.º 382, Niterói/RJ. Telefone: 2619-2402. Endereço eletrônico: hospitaloceanico@vivario.org.br

Unidade Médica
Niterói RJ 2619-2402
437.078-9
114.955

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado, que deverá ser elaborado pelos fiscais mencionados no parágrafo primeiro, no prazo de 5 (cinco) dias após a entrega do objeto;
- b) definitivamente, mediante verificação da qualidade e quantidade do objeto, após decorrido o prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, para observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo da FMS.

PARÁGRAFO QUARTO – Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do Termo de Referência deverão ser recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do Contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUINTO – A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO SEXTO – A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.



Proc. 2017	4445	12020
Fls.	118	
Visto		Am

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do Contrato, podendo a **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica a **CONTRATADA** obrigada a comprovar, ainda que posteriormente, que os preços ofertados à **CONTRATANTE** são compatíveis com os praticados no mercado, sendo vedada a majoração, sem justa causa, do preço de produtos ou serviços, durante o período de enfrentamento ao novo coronavírus, sob de pena de inscrição em Dívida Ativa do valor excedente e restituição aos cofres públicos, bem como de penalização.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

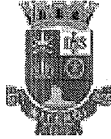
A **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor R\$ 3.524.620,00 (três milhões, quinhentos e vinte e quatro mil e seiscentos e vinte reais), sendo o pagamento efetuado junto à instituição financeira de titularidade da **CONTRATADA**, contratada pela Fundação Municipal de Saúde de Niterói.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No caso de a **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pela Fundação Municipal de Saúde de Niterói ou caso verificado pela **CONTRATANTE** a impossibilidade de a **CONTRATADA**, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pela Fundação Municipal de Saúde de Niterói, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal para pagamento à Superintendência Financeira da Fundação Municipal de Saúde de Niterói, localizada na Rua Visconde de Sepetiba, n.º 987, 8º andar, Centro, Niterói, no momento da entrega dos equipamentos.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O pagamento será realizado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data final do período de adimplemento, conforme definido no Termo de Referência.

PARÁGRAFO QUARTO – Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).



FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI

Proc. 200/	4445	/ 2010
Fls.	119	
Visto		mm

PARÁGRAFO QUINTO – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 15 (quinze) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva representação.

PARÁGRAFO SEXTO – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 72 (setenta e duas horas), contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória. A garantia deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do Contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à **CONTRATADA**;
- c) prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso o valor do Contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – O levantamento da garantia contratual por parte da **CONTRATADA**, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.



Proc. 2007	4445	/ 2020
Pla.	20	
Visto		am

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Busca: Cidade Medeiros
Matrícula: 437.078-9
CAB/RJ 144.885
DDF/SA/VFMS

O presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, por meio de Termo Aditivo, de acordo com o disposto no art. 4º-I da Lei n.º 13.979/2020 e no art. 65 da Lei n.º 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A declaração de rescisão deste Contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação no Diário Oficial do Município de Niterói.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a **CONTRATANTE** poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução dos serviços, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;



FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI

Proc. 200/	4445	/2020
Fl.	121	
Visto	Sm	

c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser consideradas para a sua fixação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do *caput*, serão impostas pelo Ordenador de Despesa.

b) a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do *caput*, será imposta pelo próprio Secretário Municipal ou pelo Ordenador de Despesa.

c) a aplicação da sanção prevista na alínea d, do *caput*, é de competência exclusiva do Prefeito de Niterói e dos Secretários Municipais.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A multa administrativa, prevista na alínea b, do *caput*:

a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;

c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exige a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;

e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato ou do empenho.

PARÁGRAFO QUARTO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do *caput*:



Proc. 2007	4445	1202
Fls.	122	
Visto	3m	

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

PARÁGRAFO QUINTO - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d do *caput*, perdurará pelo tempo em que subsistirem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO SEXTO - A reabilitação referida pelo parágrafo quinto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do Contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do Contrato pela **CONTRATANTE** ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO OITAVO - Se o valor das multas previstas na alínea b do *caput*, e no parágrafo sétimo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO NONO - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das



Proc. 200/	4445	1/2010
Fls.	123	
Visto	sm	

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI

penalidades previstas nas alíneas a, b e c do *caput*, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d.

Matheus de Almeida
Matrícula: 427.073-9
CNPJ: 144.865
CASA VERDE

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Município de Niterói enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - As penalidades serão registradas pela **CONTRATANTE** no Cadastro de Fornecedores de Niterói, gerido pela Secretaria Municipal de Administração, com a respectiva remessa do extrato de publicação no Diário Oficial do Município de Niterói do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do *caput*, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública de Niterói.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Comprovada a prática de ato lesivo à Administração Pública nos termos do art. 5º da Lei 12.846/13, por meio de decisão judicial transitada em julgado ou processo administrativo no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta de Niterói, o instrumento poderá ser rescindido sem prejuízo da aplicação da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do Contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso a **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1 % (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.



Proc. 2007	4445	12020
Fls.	124	
Visto		fm

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

Coordenador: *[assinatura]*
Telefone: 437.073-9
CARTÃO 114.855

O presente Contrato não poderá ser objeto de subcontratação, cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento da **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Município de Niterói.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do Contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no Termo de Referência e no Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente **CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente Contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedada a suspensão do Contrato a que se refere o art. 78, inciso XV, da Lei n.º 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do Contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Município de Niterói, devendo seus dados



Proc. 2001	4445	1 de 2020
Fls.	125	
Visto	km	

Ordem de Serviço - 114 de 2017
Matrícula: 427.070-9
RJ 144.855

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI

ser enviados, eletronicamente, ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, nos termos da Deliberação 280/2017 do TCE-RJ.

PARÁGRAFO ÚNICO – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro de Niterói, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente Contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste Contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Niterói, 27 de maio de 2020.


RODRIGO ALVES TORRES OLIVEIRA
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE NITERÓI


JULIANA CONCEIÇÃO LUCENA COUTINHO
PROTEC SAÚDE E SERVIÇOS EIRELI ME

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA